

A economia da fome como metáfora do mecanismo de controle, exploração e subjugação em *Quarto de despejo*: diário de uma favelada

The economy of hunger as a metaphor for the mechanism of control, exploitation and subjugation in Quarto de despejo: diário de uma favelada

Ângela Márcia dos Santos FAÇANHA*

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Yvonélio Nery FERREIRA**

Universidade Federal de Goiás (UFG)

RESUMO: No processo de colonização, os sujeitos racializados foram submetidos a violências que os animalizavam e subjugavam, transformando-os em mercadoria e objeto, garantindo seu controle e exploração para a sustentação da máquina capitalista. Na contemporaneidade, as dinâmicas da colonialidade continuam a operar na sociedade, estabelecendo a desumanização do ser como fundamento, de modo que o sujeito racializado é reduzido à condição de “outro”, de “não-ser”, tornando-se objeto de disputa para a manutenção da ordem econômica, ideológica e discursiva vigente (Maldonado-Torres, 2018). Assim, analisamos como, em *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, é mobilizado o conceito de economia da fome como um recurso estético, ético e político para evidenciar a opressão, exploração e controle dos corpos e subjetividades impostos pela lógica do sistema capitalista. Compreendemos que a economia da fome funciona, em sua escrita, como metáfora dos mecanismos de violência que a sociedade e o capitalismo impõem à população negra e pobre.

PALAVRAS-CHAVE: Carolina Maria de Jesus. Quarto de despejo. Economia da fome.

* Doutoranda em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, na área de Estudos Literários, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (PPGLL/FL/UFG), Goiânia-GO, Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Regional do Cariri (PPGL/URCA), Crato-CE. E-mail: angela234@discente.ufg.br.

** Doutor em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGLit/UFSC), Florianópolis-SC. Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, na área de Estudos Literários, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (PPGLL/FL/UFG), Goiânia-GO. E-mail: yvonelioferreira@ufg.br.

ABSTRACT: In the process of colonization, racialized subjects were subjected to violence that animalized and subjugated them, transforming them into merchandise and objects, guaranteeing their control and exploitation in order to sustain the capitalist machine. In contemporary times, the dynamics of coloniality continue to operate in society, establishing the dehumanization of being as the foundation, so that the racialized subject is reduced to the condition of “other”, of “non-being”, becoming an object of dispute for the maintenance of the economic, ideological and discursive order in force (Maldonado-Torres, 2018). Thus, we analyzed how, in *Quarto de despejo*, by Carolina Maria de Jesus, the concept of the economy of hunger is mobilized as an aesthetic, ethical, and political resource to highlight the oppression, exploitation, and control of bodies and subjectivities imposed by the logic of the capitalist system. We understand that the economy of hunger functions in her writing as a metaphor for the mechanisms of violence that society and capitalism impose on the black and poor population.

KEYWORDS: Carolina Maria de Jesus. Quarto de despejo. Economy of hunger.

Considerações iniciais

O enredo de *Quarto de despejo* é estruturado nas vivências e experiências de Carolina Maria de Jesus entre os meses de junho e julho de 1955 e ao longo de 1958 a 1959. Período que, no Brasil, foi marcado pela aceleração processo industrial que o país vinha passando, tendo como fundo político-governamental o governo de Juscelino Kubitschek. Ligada a essa aceleração industrial, se intensificou o êxodo rural – a migração da população do campo, em suma, uma população majoritariamente negra – para a cidade. É nesse contexto histórico e político da modernização do país que a espacialidade geográfica e política da favela é apresentada em *Quarto de despejo* como reduto do infortúnio da população pobre e negra.

29 de maio [de 1958]¹ Até que enfim parou de chover. As nuvens deslisa-se para o poente. Apenas o frio nos fustiga. E varias pessoas da favela não tem agasalhos. Quando uns tem sapatos, não tem palitol. E eu fico condoida vendo as crianças pisar na lama. (...) Percebi que chegaram novas pessoas para a favela. Estão maltrapilhas e as faces desnutridas. Improvisaram um barracão. Condoí-me de ver tantas agruras reservadas aos proletarios. Fitei a nova companheira de infortunio. Ela olhava a favela, suas lamas e suas crianças pauperrimas. Foi o olhar mais triste que eu já presenciei. Talvez ela não mais tenha ilusão. Entregou sua vida aos cuidados da vida.
...Há de existir alguém lendo o que eu escrevo e dirá... isto é mentira! Mas, as miserias são reais.
...O que eu revolto é contra a ganancia dos homens que espremem uns aos outros como se espremisse uma laranja (Jesus, 2014, p. 46).

¹ Nas citações de *Quarto de despejo* acrescentamos o ano entre colchetes para melhor localizarmos a narrativa na temporalidade narrada.

Quarto de despejo é, assim, uma narrativa que tem como pano de fundo a aceleração da marginalização da população negra e pobre no Brasil, tendo no capitalismo e no racismo que o constitui sua base estrutural, uma vez que, mediante a aceleração do capitalismo industrial no país, a riqueza e toda a produção de bens materiais e de conhecimento ficaram concentradas no grupo de pessoas brancas. Assim, “o chamado ‘milagre brasileiro’ beneficiou apenas uma minoria da população interna e, sobretudo, as multinacionais” (Gonzalez, 2020a, p. 47), contribuindo para a permanência do enclausuramento e encarceramento da população negra em massa a determinados espaços e condições socioeconômicas, ao espaço geográfico e social da favela e à condição de favelados. Nesse sentido:

Sabemos que, desde 1950 para cá, ocorreu um processo de crescimento das classes médias. Mas em termos relativos, no que se refere à população negra, isso significou a deterioração de suas possibilidades quanto ao mercado de trabalho. Excluída da participação no processo de desenvolvimento, ficou relegada à condição de massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica e no desamparo (Gonzalez, 2020b, p. 42).

Essa maximização da marginalização sofrida pela população negra quanto à distribuição de renda e mercado de trabalho ocorre, sobretudo, por meio de uma “divisão racial do trabalho” (Gonzalez, 2020a, p. 46). Na sociedade brasileira, é a raça o elemento que definirá o lugar no mercado de trabalho e a classe social dos sujeitos negros. Nesse viés, racialidade e classe são elementos que dialogam entre si na constituição das “sociedades multirraciais oriundas do colonialismo e do imperialismo europeu” (Carneiro, 2023, p. 38). Em tal sentido, “o racismo opera como um disciplinador, ordenador e estruturador das relações raciais e sociais e nas quais se amalgamam as contradições de classe e raça” (Carneiro, 2023, p. 58). No contexto social, político e econômico brasileiro, essa dimensão racial da divisão de classe é estruturada na falsa ideia de “democracia racial”, que, consoante Abdias Nascimento (1980), é utilizada para encobrir o genocídio em curso do povo negro no país. Assim,

Um férreo rígido monopólio do poder permanece, no Brasil, nas mãos da camada ‘branca’ minoritária, desde os tempos coloniais até os dias de hoje como se tratasse de um fenômeno de ordem ‘natural’ ou de um perene direito

‘democrático’. O mito da ‘democracia racial’ está fundado sobre tais premissas dogmáticas. Daí resulta o fato surpreendente de todas as mudanças sócio-econômicas e políticas verificadas no país, desde 1500 a 1978, não terem exercido a menor influência na estrutura da supremacia racial branca, que continua impávida – intocada e inalterável. O fator raça permanece, irredutivelmente, como a fundamental contradição dentro da sociedade brasileira (Nascimento, 1980, p. 17).

As mudanças sociais, ocasionadas pelas modificações nas estruturas políticas e econômicas, como a aceleração industrial no Brasil, têm suas raízes na prática colonialista. Com isso, é a diferença racial que mediará tais modificações e a distribuição de seus “benefícios” à população. Nesse sentido, o enclausuramento da população negra e pobre é um mecanismo acionado para manter a vigência do sistema social, econômico e político capitalista no Brasil que estrutura o colonialismo, mediante um “capitalismo racial” (Bento, 2022, p. 41). Com essas modificações, o colonialismo ganha novas faces e passa a se estruturar a partir de outros mecanismos para explorar, expropriar e subjugar os sujeitos tidos como racialmente inferiores. Consoante Maldonado-Torres (2018), vai ser através das dinâmicas da colonialidade que o caráter de desumanização do colonialismo se mantém como base na estrutura da sociedade atual. Na colonialidade, o sujeito continua como o centro de disputa, sob o qual os discursos, práticas e dinâmicas visam controlar para manter uma ordem (Maldonado-Torres, 2018), enclausurando-os em determinados espaços, condições sociais, econômicas e políticas.

Portanto, os mecanismos de controle, expropriação, exploração e opressão ganham novas faces, todavia, ainda têm os mesmos objetivos de outrora. Nesse viés de leitura, mesmo com as nomenclaturas diferentes, é o colonialismo em sua forma mais crua e cruel que é apresentado (Santos, 2015). Isto posto, pontua-se que durante toda a narrativa de *Quarto de despejo*, as dinâmicas de dominação e exploração estão presentes a partir da denúncia que a subjetividade escritora – esse corpo explorado pelo domínio colonial – realiza no ato de escrita.

Nesse ínterim, objetivamos analisar como, em *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, é mobilizado o conceito de economia da fome como um recurso estético, ético e político para evidenciar a opressão, exploração e controle dos corpos e subjetividades impostos pela lógica do sistema capitalista. Pautamos a fome não

somente em sua dimensão material, mas sim enquanto recurso estético utilizado para refletir quanto à condição humana em um meio social, cuja ideologia racista e capitalista é base estruturante. Portanto, partimos da hipótese de ser a economia da fome uma metáfora que Carolina faz funcionar em sua escrita para abordar a violência imposta pela sociedade e o sistema capitalista à população negra e pobre.

1 A palavra circunscrita no corpo autoral e a efabulação estética e ética na escrita de autoria negra

A literatura de autoria de mulheres negras no Brasil, consoante Evaristo (2009), parte precisamente de locais vivenciados pela sujeita autoral. A dicção literária dessas autoras é “marcada por uma subjetividade construída, experimentada, vivenciada” (Evaristo, 2009, p. 17). Portanto, são escritas que têm no corpo autoral um dos *lócus* constitutivos e valorativos. Todavia, embora essa escrita parta de um corpo autoral, não podemos reduzir a dicção dessas sujeitas ao caráter de não-literatura ou sublitteratura como se tem configurado ao longo dos tempos na literatura brasileira, negando a essa autoria negra a dimensão estética, criativa e imaginativa, reduzindo essa obra a uma condição de escrita do eu, sem quaisquer requintes poéticos, estéticos, criativos, filosóficos e políticos (Miranda, 2022).

É fato que esse corpo autoral é o centro axiológico dessa escrita. No entanto, esse corpo na produção literária de autoria negra, como centro valorativo, é responsável pela articulação e operacionalização dos demais elementos que constituirão a dimensão estética e ética da obra, tais como a voz narrativa, a linguagem, a forma composicional e o conteúdo. De tal modo, essa dicção não pode ser reduzida às questões da subjetividade autoral, uma vez que, embora a obra seja apresentada a partir de uma dicção subjetiva, singular, essa forma de experienciar a palavra escrita, a palavra poética, mediante uma palavra circunscrita no e pelo corpo, é uma dimensão criativa acionada por essa corporeidade negra para inscrever na narrativa histórica a história daqueles que foram silenciados, marginalizados, ao longo dos anos pela expropriação cultural e subjogação humana imposta pelo colonialismo.

Nesta perspectiva, Leda Maria Martins (2002, p. 220) nos afirma que o “corpo” do sujeito discursivo, ao lado da “voz” e da “memória”, como aspectos estéticos na

escrita literária de autoria negra, estão ligados a uma subjetividade autoral e, assim, a uma visão e experiência de mundo própria, a uma cosmovisão e cosmo percepção que a constitui enquanto sujeita social, histórica e política no mundo. Assim, o corpo feminino negro, em uma dimensão política, ética e simbólica, é um dos elementos que tecem a escrita e a linguagem na obra, “figurando uma outra poética da memória, memória do ser mulher, memória do corpo-mulher, memória de um corpo-linguagem de dicção feminina [...]. E é nesses ambientes de memória que o corpo se transveste em letra e esculpe uma produção literária singular” (Martins, 2014, p. 288). Uma literatura que parte de questões particulares para abordar as dimensões políticas, sociais, econômicas, entre outras, que atingem os sujeitos.

Nesse viés de leitura, Conceição Evaristo (2020), ao tensionar a dimensão subjetiva do fazer estético e poético da *Escrevivência*, traz como essa dimensão subjetiva, essa forma de experienciar a palavra a partir de um corpo específico no mundo, transpõe a discussão do eu para o nós, do particular para o coletivo. Ato que acarreta uma abordagem da dimensão humana dos sujeitos, como observado na citação que se segue:

A *Escrevivência* pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe, pois, a uma escrita de si, a uma pintura de si (Evaristo, 2020, p. 35).

Portanto, a forma de uso da palavra e as diversas operacionalizações desenvolvidas pela mulher negra ao criar uma narrativa a partir de sua corporeidade, inscrevendo uma escrita ora corporificada, ora uma *Escrevivência*, não reduzem sua dicção literária a uma narrativa individual, a uma condição narcísica (Evaristo, 2020, p. 38), haja vista que:

[...] a *Escrevivência* extrapola os campos de uma escrita que gira em torno de um sujeito individualizado. [...] *Escrevivência* surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade (Evaristo, 2020, p. 38).

É pela mobilização da palavra poética escreviente que essas autoras têm produzido reflexões quanto às questões historicamente silenciadas, pois ao se inscreverem subjetivamente, sem destituir o mundo criativo, imaginativo e filosófico da autoria negra, abordam questões outras que, postas na historicidade, são colocadas à margem do que se considera questões humanas.

Nesse sentido, é efabulada uma narrativa mediante uma forma de pensar, compreender, conviver e inquirir a sociedade, na qual se destaca as visões e as percepções dessas sujeitas historicamente silenciadas. Portanto, a maneira de experienciar a linguagem e de utilizar a palavra, inscrevendo uma dicção literária que parte das vivências e conhecimentos das sujeitas autorais, é uma forma estética acionada para abordar dimensões outras, tais como as condições subumanas vivenciadas na contemporaneidade pelo sujeito negro impostas pelo sistema capitalista. Nesse sentido, a dimensão ética dessa escrita está presente, pois:

As práticas culturais que têm o corpo como seu agenciador privilegiado, o corpo vivo do sujeito, nos permitem assegurar que toda arte, assim como toda performance, traduz um estilo significativo singularizador da cultura e das pessoas que a vivificam e respondem a idiomas cognitivos e filosóficos, assim como a uma pletera de referências estéticas e de modos de estilização complexos. [...] Os valores estéticos são, assim, valores também éticos. Essa perspectiva nos habilita afirmar que, em muitas culturas, entre elas as africanas e as afrodescendentes, a produção estética nos remete a padrões, formas, convenções e estilizações, assim como a visões de mundo que as substanciam (Martins, 2021, p. 67-69).

De tal modo, Carolina Maria de Jesus, quando estrutura uma escrita a partir de sua vivência na favela, desde sua posicionalidade étnica, geográfica, socioeconômica: de mulher, negra e favelada, insere em sua escrita um corpo em performance mediante sua voz narrativa, enquanto um traçado de seu corpo no mundo, inscrevendo no contexto discursivo e histórico brasileiro uma segunda narrativa. Em *Quarto de despejo*, pelo viés da escrita vivenciada, experienciada, da palavra corporificada, é produzida outra narrativa que aborda as questões de exploração e controle impostas pelo discurso colonialista e capitalista na sociedade brasileira. É pela palavra circunscrita no corpo autoral que é estruturada e efabulada uma narrativa dos marginalizados, dos expropriados, abordando as violências instauradas pelo sistema social. Carolina Maria

de Jesus, assim como outras escritoras negras, usa de sua escrita para se inserir no mundo e criar outra narrativa, cujas questões humanas dos sujeitos negros são abordadas. Assim, na escrita de Carolina, para além da

miséria brasileira e de suas assimetrias sociais ampliadas por biopolíticas de uma classe dominante, a revolução estética de Carolina situa-se não apenas no ato político de narrar o trauma da fome, do cotidiano de vidas marginalizadas, [essa estética é estruturada também ao] traduzir em palavras as multiplicidades das questões existenciais desses corpos-sujeitos (Araújo, 2022, p. 285).

Por conseguinte, em nosso viés de leitura, ressaltamos que pelo movimento de efabulação literária do eu, Carolina Maria de Jesus reflete as condições subumanas impostas aos sujeitos pobres e negros na territorialidade geográfica e política da favela. Nesse ato, o acionamento do elemento da economia da fome como metáfora para as condições de exploração, subjugação e opressão da população é parte da constituição da dicção da sujeita literária, uma dicção vivenciada, experienciada pelo e no corpo de Carolina Maria de Jesus, que possibilita “traduzir em palavras as multiplicidades das questões existenciais desses corpos-sujeitos” (Araújo, 2022, p. 285).

2 Economia da fome e o caráter de não-ser imposto pelo capitalismo em *Quarto de despejo*

A escrita de Carolina Maria de Jesus é estruturada por uma postura crítica e política frente às situações de marginalização imposta pela sociedade. Com isso, ao analisarmos os processos de exploração, opressão e controle, que subjuga os sujeitos mediante a economia da fome, observamos essa questão a partir da consciência ética e política de Carolina frente ao sistema de opressão vivido por si e pelos demais sujeitos. Assim, tencionamos como Carolina, em sua escrita, observa e compreende as dimensões de controle e subalternização do sujeito mediante as dinâmicas da economia da fome na territorialidade da favela.

Mas o que se entende por economia da fome e como se dá a sua operacionalização na territorialidade geográfica, social e política da favela como uma forma de oprimir, explorar e controlar os sujeitos naquela espacialidade? A economia da

fome é apresentada e estruturada como um mecanismo de controle dos corpos em *Quarto de despejo*, a partir do qual o dinheiro que circulava – o dinheiro de alumínio – não tem valor sócio-monetário para a compra de alimentos básicos. Nesse viés, a economia da fome, fundamentada pelo desenvolvimento social, econômico e político do país, é instaurada mediante a lógica do sistema capitalista/capitalismo racial (Bento, 2022), funcionando como um dispositivo de manutenção da colonização, utilizado para controlar, oprimir e explorar as subjetividades, mantendo-as em um espaço de marginalização a partir da miséria imposta a esses corpos.

Em *Quarto de despejo*, a escrita é estruturada a partir das descrições do cotidiano de Carolina, de seus filhos e dos companheiros de infortúnios. Um cotidiano marcado quase sempre por uma equação monetária que nunca chega a uma soma do mínimo para a sobrevivência e que coloca os sujeitos na espacialidade da favela sob o controle do “cerco da economia de sobrevivência que tranca a vida ao dia a dia do dinheiro-coisa” (Vogt, 1983, p. 210). Assim, é na descrição dessas somas monetárias e do mínimo de alimentos comprados que, em *Quarto de despejo*, é estruturado o enredo. Todavia, esse “cerco da economia de sobrevivência” imposto pela economia da fome extrapola o limite material. É um controle que ultrapassa o limite da alimentação e adentra a dimensão existencial dos sujeitos. É o caráter de não-ser imposto aos indivíduos pelo capitalismo, a partir da economia da fome, que ganha destaque na obra com a narração do cotidiano na favela, como destacado a seguir:

15 de julho de 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar (Jesus, 2014, p. 11).

É a lógica da economia da fome que impele a vida a ser submetida às condições que o “dinheiro-coisa” impõe, impedindo a realização de desejos simples, como comprar um par de sapatos para a filha em seu aniversário. Como destacado, a vida está submetida às condições impostas pelo sistema socioeconômico. É o próprio custo da alimentação, como parte estruturante da economia da fome, que impõe um controle existencial aos sujeitos que vivem a condição social de favelados, tendo em vista que a

realização de desejos simples é impelida pela necessidade e urgência da alimentação frente aos altos custos dos gêneros alimentícios básicos.

Essa dinâmica da economia da fome, apresentada na narrativa enquanto um dispositivo de controle existencial, é fundamentada ainda na dimensão da “atemporalidade” do racismo cotidiano (Kilomba, 2019), que perpetua a subalternização, opressão e exploração de subjetividades negras. Kilomba (2019), por meio do acionamento de duas imagens, da plantação e da memória, nos apresenta essa ideia da dimensão atemporal que o racismo, enquanto uma prática ideológica (Gonzalez, 2020a), assume no cotidiano:

Memórias da Plantação examina a atemporalidade do racismo cotidiano. A combinação dessas duas palavras, “*plantação*” e “*memórias*”, descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada. É um choque violento que de repente coloca o *sujeito negro* em uma cena colonial na qual, como no cenário de uma *plantação*, ele é aprisionado como a/o “*Outra/o*” subordinado e exótico (Kilomba, 2019, p. 20-30, destaques da autora).

Assim a atemporalidade, por um lado, descreve o passado coexistindo com o presente e, por outro lado, descreve como o presente coexiste com o passado. O racismo cotidiano nos coloca de volta em cenas de um passado colonial – colonizando-nos novamente (Kilomba, 2019, p. 224, grifo da autora).

Em *Quarto de despejo*, observamos que as dinâmicas de opressão e subjugação do colonialismo, que se dá, sobretudo, pela escravização e desumanização dos sujeitos negros, estão presentes na temporalidade narrada, embora ganhem novas faces. Logo, é ressaltada a consciência que Carolina tem quanto às dinâmicas da economia da fome instaurada pelo sistema capitalista, entendendo-a enquanto um dispositivo de controle e enclausuramento das subjetividades negras em determinadas condições geográficas, sociais e econômicas, submetendo-as à subumanidade, da mesma forma que a escravização no colonialismo, ambos baseados na diferença étnico-racial instaurada pelo colonizador:

13 de maio [de 1958] Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

[...]

Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a

chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.
... Eu tenho tanta dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:
— Viva a mamãe!
A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o habito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouco de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. [...]
...Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.
E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome! (Jesus, 2014, p. 30-32).

Observa-se no excerto que é o racismo de outrora que continua na atualidade temporal de Carolina como base estrutural para a opressão e controle de corpos, ganhando uma nova face, mediante a economia da fome. A economia da fome se apresenta, assim, como um instrumento de morte, não somente de morte física, como também de morte simbólica. A perpetuação da subumanidade das subjetividades negras diante da impossibilidade da alimentação é uma morte em vida: “...Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo” (Jesus, 2014, p. 32). Nota-se por meio desse fragmento que essa condição da falta de alimento é contínua no tempo, inserindo-os à conjuntura de subserviência outrora vivenciada pelos sujeitos negros. A economia da fome é, portanto, um elemento constituinte do racismo cotidiano que coloca as subjetividades negras em uma condição de subumanidade vivenciada com a escravidão.

Se a escravidão era instituída pela exploração do trabalho, pelas violências físicas e mentais, pelo extermínio de todo um povo, na atualidade narrada por Carolina Maria de Jesus, é a fome que estrutura essa condição e, em consequência, o genocídio da população negra, ambos estruturados no racismo. Fome ocasionada pelo abandono do Estado no pós-abolição: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome!” (Jesus, 2014, p. 32). A analogia realizada pela autora entre a simbologia do dia 13 de maio e a condição social costumeira aos sujeitos negros destaca a condição de subumanidade que a população negra passou a viver, no pós-abolição, mediante a nova dinâmica de controle, exploração e subjugação do ser imposta pelo sistema capitalista, a economia da fome. Portanto, a fome é pensada por

Carolina como uma dinâmica que subjuga, oprime e explora os sujeitos, desumanizando-os assim como as violências impostas pela escravidão de outrora.

Essa construção destacada por Carolina lida, aqui, em diálogo com Abdias Nascimento (1978, p. 67), destaca “o novo estado econômico, político e cultural de escravidão-em-liberdade” que passou a organizar a vida dos sujeitos negros após o 13 de maio de 1888 e que estabelece o genocídio da população negra no Brasil, não a deixando esquecer a condição de subumanidade outrora vivenciada. Essa relação, realizada por Carolina, desvela a falsa promessa de libertação, destacando a condição abstrata da abolição, pois na prática, no dia a dia, nas relações sociais que os sujeitos negros vivenciam a escravidão ainda se apresenta como um processo contínuo de opressão, controle, exploração e subjugação, dado que o Estado não garantiu aos sujeitos negros condições mínimas de trabalho, educação, cultura, etc. Assim, Carolina Maria de Jesus pontua, por meio de sua escrita, que a abolição teórica e abstrata da escravidão não garantiu aos sujeitos negros uma liberdade prática, concreta, dado que a população negra foi relegada à condição de massa marginal, de subumanidade, de não-ser, perpetuada no lugar do outro racializado.

Nesse ínterim, é o racismo que continua a estruturar essa nova face de exploração dos sujeitos negros. São as dinâmicas racistas cotidianas estruturadas em uma dimensão colonialista que perpetuam a população negra na condição subumana ou de não-ser, que também delimitam e estabelecem os espaços a serem ocupados por sujeitos pobres e negros, como destacado na citação a seguir:

15 de maio [de 1958] [...] ... Eu classifico São Paulo assim: O Palacio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.

[...]

6 de novembro [de 1958] ... Findo o serviço ela deu-me sabão, queijo, gordura e arroz. Aquele arroz agulha. O arroz das pessoas de posses (Jesus, 2014, pp. 32; 134).

A delimitação dos corpos em espaços de marginalização e de classificação/categorização social (Carneiro, 2023) é abordada por Carolina também a partir da dinâmica da economia da fome. Para tanto, a autora mobiliza uma metáfora do lixo e da alimentação com os sujeitos para abordar essa classificação. No segundo

fragmento, é a qualidade do gênero alimentício consumido que classifica os sujeitos socialmente e, em consequência, os enclausura em determinadas territorialidades e condições subumanas ou humanas. A territorialidade da favela, por exemplo, é pontuada por Carolina Maria de Jesus, no primeiro fragmento, como a espacialidade que sujeitos negros e pobres, vistos numa perspectiva não humana pela sociedade, podem habitar.

Assim, a economia da fome enquanto dispositivo de controle dos corpos nos espaços sociais e geográficos delimita a mobilidade social e geográfica dos sujeitos na cidade, uma vez que “As cidades são estruturas colonialistas. Nem todos os povos da cidade são povos colonialistas, mas a cidade é um território colonialista” (Santos, 2023, p. 10). A divisão geográfica e social instaurada pela economia da fome descrita por Carolina Maria de Jesus nos apresenta bem essa dimensão colonialista que estrutura a cidade descrita por Santos (2023).

Nesse sentido, a fome ligada à dimensão econômica, diante da espacialidade social e política de dominação e marginalização que constitui a favela em sua dimensão geográfica, faz com que as diversas subjetividades que vivem naquela territorialidade passem por uma transformação na dimensão do ser. A partir da lógica do sistema econômico, tendo na divisão social e racial o parâmetro de controle, a economia da fome nivela sujeitos negros, brancos, ciganos, entre outros, a um caráter de subumanidade/desumanização. Em algumas situações narradas, todas as subjetividades que vivem na espacialidade da favela, a partir das dinâmicas da economia da fome, passam por exploração, dominação, controle, subalternização e marginalização. Portanto, é a espacialidade da favela estruturada na dinâmica racista do capitalismo, a partir da economia da fome, que constitui essa dimensão do não-ser aos sujeitos que vivem naquela territorialidade, colocando-os enquanto outros/as na classificação social,

7 de junho [de 1958] [...] ...Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos (Jesus, 2014, p. 54).

A territorialidade da favela, espacialidade dominada e estruturada pela economia da fome, coloca as diversas subjetividades ali existentes em uma dimensão de

desumanização do ser, de não-existência. Como a autora pontua, “Gente da favela é considerado marginais” (Jesus, 2014, p. 54), e “marginal não tem nome” (Jesus, 2014, p. 40), logo, não são cidadãos, não são sujeitos de direitos. Relacionamos essa desumanização com a ideia de “devir negro do mundo” que Mbembe (2018) nos apresenta enquanto a universalização do caráter de subalternização mediante a dominação do sistema capitalista e do neoliberalismo, que antes ficava restrita somente aos sujeitos negros.

Carolina, mediante uma linguagem metafórica e a partir de uma consciência política e crítica, vai descrevendo como a dinâmica dessa economia da fome submete os sujeitos que vivem na dimensão territorial da favela a um caráter de subumanidade. Ao estabelecer a relação imagética entre o lixo e os marginais, referindo-se aos sujeitos que vivem a condição de favelados, Carolina destaca a subjugação do sujeito a partir da economia da fome, dispositivo que nivela o pobre à condição de não-ser. Ser marginal é, portanto, estar fora da dimensão de ser humano, é estar num lugar de não-ser, é ocupar o mesmo espaço que o lixo, é tornar-se o próprio lixo da humanidade. É assumir o lugar dos corvos na dinâmica de sobrevivência imposta pelo sistema capitalista. É mesmo disputar com os corvos o espaço e a alimentação, substituindo-os. Essa relação estabelecida entre os corvos e os marginalizados, destacada por Carolina, delimita, ainda, o processo de animalização a partir da constituição da subumanidade dos indivíduos pobres e negros, instaurado pela economia da fome.

Em *Quarto de despejo*, essa desumanização ou a transformação da dimensão do ser não é um resultado de um determinismo geográfico ou social, mas sim é o resultado da dominação do ser pelo capitalismo que ganha faces mediante a economia da fome que estrutura as relações sociais (no nível do ser, saber e poder) na espacialidade da favela. Portanto, é um resultado das dinâmicas coloniais que estruturam o sistema social e político do capitalismo, como podemos observar na citação abaixo:

29 de dezembro [de 1958] Saí com o João e a Vera e o José Carlos. O João levou o radio para concertar. Quando eu ia na rua Pedro Vicente, o guarda do depósito chamou-me e disse-me para eu ir buscar uns sacos de papel que estavam perto do rio.

Agradei e fui ver os sacos. Eram sacos de arroz que estavam nos armazens e apodreceram. Mandaram jogar fora. Fiquei horrorizada vendo o arroz podre.

Contemplei as traças que circulavam, as baratas e os ratos que corriam de um lado para outro.

Pensei: porque é que o homem branco é tão perverso assim? Ele tem dinheiro, compra e põe nos armazens. Fica brincando com o povo igual gato com rato (Jesus, 2014, p. 148).

Nesse fragmento, observa-se como a dinâmica da economia da fome é utilizada para oprimir e colocar os sujeitos em determinados espaços, com o intuito de manutenção do *status quo* vigente, presente na própria ação dos comerciantes, enquanto operadores da economia da fome – ou seja, enquanto peão do capitalismo. Nessa operação, é a dimensão sádica da branquitude em relação aos sujeitos negros e pobres, ao outro racializado e posto no lugar de não-ser (Nascimento, 2020), que organiza o controle, exploração, opressão e subjugação imposta pela econômica da fome. Carolina tem consciência dessa dimensão sádica que constitui essa relação. A autora critica a ação dos comerciantes que, ao invés de venderem a um preço acessível ao pobre, deixam a mercadoria estragar e depois jogam na favela, como se naquela espacialidade os sujeitos só pudessem acessar o despejo, o lixo e o rebotelho que a cidade não queria mais, por estarem essas pessoas, que vivem na territorialidade da favela, dentro da dinâmica da economia da fome na dimensão de não-existência e de subumanidade.

Assim, a favela é apresentada ainda como berço para a produção de mão de obra para o sistema capitalista e colonial, como observado a seguir:

8 de dezembro [de 1958] ...De manhã o padre veio dizer missa. Ontem ele veio com o carro capela e disse aos favelados que eles precisam ter filhos. Penso: porque há de ser o pobre quem há de ter filhos — se filhos de pobre tem que ser operario?

Na minha fraca opinião quem deve ter filhos são os ricos, que podem dar alvenaria para os filhos. E eles podem comer o que desejam.

Quando o carro capela vem na favela surge varios debates sobre a religião. As mulheres dizia que o padre disse-lhes que podem ter filhos e quando precisar de pão podem ir buscar na igreja.

Para o senhor vigario, os filhos de pobres criam só com pão. Não vestem e não calçam (Jesus, 2014, p. 142).

A autora tenciona uma crítica a manutenção de um regime social e econômico. Ao pontuar que a natalidade dos sujeitos que vivem na espacialidade da favela é uma dinâmica de manutenção do *status quo* e da produção de mão de obra barata para a manutenção do sistema capitalista, Carolina destaca a dimensão do discurso religioso

que confere validade a subjugação dos sujeitos que vivem na favela. Discurso que na atualidade narrada por Carolina remete também aquele que outrora assegurava e legitimava a escravização dos sujeitos negros pela máquina colonizadora. Dessa forma, é na produção de mão de obra barata para o capitalismo que reside a produção da massa marginalizada, subumana e explorada que é a base estrutural do sistema capitalista. Uma produção de uma massa marginal que é fundamentada pelo racismo:

[...] como já vimos na introdução, os problemas relacionados à integração dos sistemas impõem padrões específicos de integração social. É nesse sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social. Desnecessário dizer que a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir, em sua grande maioria, a massa marginal crescente. Em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico), ela se configura como exército industrial de reserva (Gonzalez, 2020b, p. 35).

Portanto, embora seja possível apreender essa dimensão de subumanidade legada a todos os sujeitos que constituem a espacialidade da favela, é possível também observarmos que a constituição dessa massa marginal, mediante a dimensão do não-ser, da subumanidade em *Quarto de despejo*, terá uma cor específica e, muitas vezes, um gênero específico, tendo em vista que o enclausuramento na territorialidade da favela recai, sobretudo, na população negra no Brasil, tendo na mulher negra essa figura reprodutora de mão de obra para o capitalismo.

3 Economia da fome – opressão, controle e exploração do corpo da mulher negra

A economia da fome, ao ser interseccionalizada com as dimensões de raça e gênero, ganha dimensões outras para além da questão de classe social, dado que “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no nível mais alto de

opressão” (Gonzalez, 2020c, p. 58). Na narrativa, o controle e opressão imputados à mulher negra ocorrem muitas vezes pela imposição do silêncio à Carolina Maria de Jesus, que no contexto da narrativa é apresentado mediante o encarceramento do corpo da mulher negra por meio do Estado, assim como pelo silêncio estabelecido pela relação estrutural de gênero, como, por exemplo, aquele exigido pelo pai de Vera Eunice à Carolina Maria de Jesus, quando a “pede” que não divulgue o seu nome no diário. Nesse viés, observamos que as violências do racismo estão em diálogo com a condição de gênero de Carolina.

Logo, no silenciamento sofrido por Carolina, observamos como o Estado institui o controle sobre o corpo da mulher negra. A decretação do silêncio à Carolina Maria de Jesus se dá mediante o seu posicionamento crítico em sua escrita e em seu agir ético e político no meio social ao longo da narrativa, frente às dinâmicas de desumanização dos sujeitos. Ao se posicionar criticamente, Carolina termina por passar pelo encarceramento,

22 de maio [de 1958] [...] — Eu vim aqui pedir um auxilio porque estou doente. O senhor mandou me ir na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, eu fui. Avenida Brigadeiro mandou-me ir na Santa Casa. E eu gastei o unico dinheiro que eu tinha com as conduções.

— **Prende ela!**

Não me deixaram sair. E um soldado pois a baioneta no meu peito. Olhei o soldado nos olhos e percebi que ele estava com dó de mim. Disse-lhe:

— Eu sou pobre, por isso é que vim aqui.

Surgiu o Dr. Osvaldo de Barros, o falso filantropico de São Paulo que está fantasiado de São Vicente de Paula. E disse:

— **Chama um carro de preso!** (Jesus, 2014, p. 42, grifo nosso).

Nesse fragmento, observamos uma tensão entre o ato político de falar e o silêncio imposto. Carolina, ao denunciar as dinâmicas de opressão da economia da fome e os aparelhos do governo utilizados para maximizar a desumanização do sujeito, tem o seu corpo encarcerado. O dispositivo do encarceramento é utilizado pelo Estado para silenciá-la. Os sujeitos sociais, representantes dos aparelhos governamentais/filantropicos, que, em tese, deveriam ajudar a população marginalizada, são as vozes que validam o silenciamento imposto à Carolina por meio do aprisionamento de seu corpo.

Além desse silêncio imposto, mediante a dinâmica da economia da fome, observamos, ainda, que Carolina, atrelada a esse controle, exploração, opressão e subjugação, passa por violências de gênero, por meio da exploração sexual de seu corpo: “2 de julho [de 1959] [...] ...Ele deu-me 120 cruzeiros e 20 para cada filho. Ele mandou os filhos comprar doces para nós ficarmos sozinhos. Tem hora que eu tenho desgosto de ser mulher. Dei graças a Deus quando ele despediu-se” (Jesus, 2014, p. 178). O corpo da mulher negra na espacialidade da favela, além da opressão, exploração de sua força de trabalho ocasionada pela economia da fome, também passa pela relação de violência de gênero e sexual, o que, consoante Gonzalez (2020a), estrutura um dos “lugares naturais” imputado à mulher negra pelo racismo na sociedade brasileira. A partir do fragmento acima, observa-se o processo de “reificação” do corpo de Carolina Maria de Jesus, a colocando na condição de corpo-objeto, de “mulata” para satisfazer o desejo sexual do homem branco (Gonzalez, 2020c, p. 44).

Essa coisificação da mulher negra, destacado por Carolina a partir da violência sexual sofrida, faz parte das condições de controle, exploração e subjugação impostas as sujeitas negras na sociedade brasileira. Como a autora pontua “tem hora que tenho desgosto de ser mulher” (Jesus, 2014, p. 178), pois ser mulher, e, aqui, é necessário destacar, ser uma mulher negra na sociedade brasileira, é viver submetida a diversas violências, dentre elas a sexual, pois, historicamente, à corporeidade da mulher é imputada a violência sexual mediante os distintos dispositivos sociais, discursivos e políticos que organizam a sociedade brasileira. À vista disso, Gonzalez (2020c, p. 44, destaque nosso) pontua que:

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam o seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. **Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais.**

Se o primeiro local atribuído à mulher negra a coloca no lugar de subserviência, enquanto mão de obra barata para sustentar o sistema, o de mulata a aprisiona no lugar de sexualização de seu corpo, coisificando-a. Nesse sentido, é possível observar por

meio da narrativa de Carolina como o seu corpo, mediante a opressão de gênero, raça e classe, passa por uma “tripla discriminação” imposta pelo sistema capitalista que tem na economia da fome um dispositivo de controle e subjugação. Na sua dimensão de ser mulher, negra e viver a condição social, econômica e política de favelada, Carolina Maria de Jesus passa pela violência de gênero e sexual, tem seu corpo controlado pelo Estado mediante sua cor de pele e, conseqüentemente, é posta em um *lôcus* de marginalização como mão de obra de sobrevivência, enquanto massa marginal que estrutura a base do sistema capitalista (Gonzalez, 2020b).

Considerações finais

Ao longo dessa discussão, objetivamos analisar como, a partir do acionamento do mecanismo da economia da fome, Carolina Maria de Jesus, em sua escrita, aborda questões existenciais dos sujeitos no sistema social, econômico e político do capitalismo. Com isso, foi possível apreender que na narrativa a autora mobiliza a economia da fome como um elemento estético, ético e político que a possibilita criar, a partir da palavra escrita, uma narrativa que aborde questões como a dimensão subumana imposta pelo sistema capitalista aos sujeitos enclausurados na favela, a violência de gênero e sexual e o racismo que o sujeito negro sofre cotidianamente. Carolina Maria de Jesus, como sujeita operadora da palavra, faz funcionar a economia da fome como uma metáfora da violência imposta pelo meio social e econômico. Com isso, trabalha a questão da fome na dimensão semântica, estética e política, abordando as dimensões de controle, exploração e subjugação dos sujeitos negros pelo capitalismo.

Nesse sentido, compreendemos que as longas descrições do cotidiano, dos alimentos comprados, daqueles achados no lixo, das imposições do sistema social e econômico capitalista aos sujeitos negros e pobres, são acionadas e utilizadas por Carolina Maria de Jesus como recursos e estratégias estéticas para transpor para a escrita as dinâmicas da economia da fome, enquanto dispositivo de controle, opressão e subjugação do capitalismo. Essas descrições são a forma de dizer e tecer críticas à ideologia capitalista que estrutura a sociedade e enclausura a população negra e pobre à espacialidade da favela e à condição de favelada. Assim, a dinâmica da economia da

fome, ao ser pontuada por Carolina Maria de Jesus em *Quarto de despejo*, está relacionado à própria dimensão existencial dos sujeitos. A fome, temática constante na narrativa, não é uma fome somente de comida, é uma fome existencial, de ser sujeito dentro daquela espacialidade estruturada em uma dimensão colonialista que busca desumanizar, animalizar, subjugar, controlar e explorar esses sujeitos a partir da dimensão de subumanidade criada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luísa Consentino de. Nas “águas-lembranças” de Conceição Evaristo: ressonâncias, atravessamentos e formação discursiva afro-brasileira. In: PIMENTA, Luciana; BENTES, Hilda (org.). **Legentes**: desconstrução e caminhos outros para ler em Direito e Literatura. São Paulo: Dialética, 2022. p. 279-297.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **O dispositivo da racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado. **Escrevivência**: a escrita do nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-48.

_____. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, 2009. p. 17-31. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6160270.pdf>. Acesso: 27/01/2023.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 45-48.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 49-64.

_____. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 25-44.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favela. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MARTINS, Leda Maria. A fina lâmina da palavra. In. DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Orgs.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 4, 1º reimp. [2011] 2014. p. 279-307.

_____. Arabesco do corpo feminino. In. DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa (org.). **Gênero e representação na literatura brasileira**: ensaios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 219-228.

_____. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. 1ª ed; Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. N-1 edições, 2018.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. Dicção e emparelamento na literatura de autoria negra brasileira. **Organon**, v. 37, n. 74, jul/dez, p. 375-387, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/organon/article/download/125597/87453>. Acesso em: 07/07/2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Editora Vozes LTDA., 1980.

NASCIMENTO, Tatiana. **Racismo visual/sadismo racial**: quando (?) nossas mortes importam. São Paulo: Série Pandemia, N-1 edições, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

_____. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília: INCT, 2015.

VOGT, Carlos. Trabalho, pobreza e trabalho intelectual (o Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus. In: SCHWARZ, Roberto (org.). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 204-213.